

5.8 – Após a autorização da DESO, a empresa pública, a sociedade de economia mista ou a sua subsidiária que não participou do registro de preços, deverá efetivar a contratação solicitada em até 90 (noventa dias), observado o prazo de vigência da ata.

CLÁUSULA VI – DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

6.1 – Será incluído nesta Ata na forma do Anexo II, o registro das Licitantes que aceitarem cotar os materiais com preços iguais aos da Licitante Vencedora na sequência da classificação do certame.

6.2 – A ordem de classificação das Licitantes registradas na ata será respeitada nas contratações.

6.3 – O registro a que se refere o **item 6.1** desta Cláusula tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo primeiro colocado da ata, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

6.4 – Se houver mais de um Licitante na situação de que trata o **item 6.1** desta cláusula, serão classificados segundo a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

6.5 – A habilitação dos fornecedores que compõem o cadastro de reserva a que se refere o item 6.3 desta cláusula, será efetuada quando houver necessidade de contratação de fornecedor remanescente, nas hipóteses previstas nos arts. 20 e 21 do Decreto 7.892/2013.

CLÁUSULA VII – DO PRAZO

7.1 – O prazo para entrega do material será de **45 (quarenta e cinco) dias** sequenciais, contados a partir da data de cada solicitação, que será de acordo com a necessidade da DESQ.

7.2 – O fornecimento deverá obedecer às condições estabelecidas no Edital do Pregão Eletrônico Nº 102/2022 e seus anexos.

7.3 – Todos os materiais a serem utilizados, deverão obedecer às especificações constantes do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.4 – A Administração rejeitará, no todo ou em parte, o material entregue em desacordo com os termos do Edital, seus Anexos e desta Ata.

7.5 – O recebimento definitivo não exclui a responsabilidade do contratado pela qualidade e garantia do material.

CLÁUSULA VIII – DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

8.1 – O preço registrado, a especificação do bem, a quantidade, empresa prestadora e demais condições encontram-se elencados no Anexo I da presente Ata.

CLÁUSULA IX – DAS CONDIÇÕES DOS SERVIÇOS

9.1 – A aquisição dos materiais só estará caracterizado através da Ordem de Fornecedor, emitida pela Contratante.

10.1.9 - Entregar o objeto conforme todas as especificações do edital e seus anexos.

10.1.10 - Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12,13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990).

10.1.11 - Indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato.

10.1.12 - Em cumprimento a RDE nº 12/2021 de 08/03/2021, desta Companhia de Saneamento, a empresa a ser contratada deverá, obrigatoriamente, cumprir as regras previstas no **"GUIA DE ORIENTAÇÕES DE SEGURANÇA E SAÚDE DO TRABALHO"**, que se encontra disponibilizado no site da DESO - www.deso-se.com.br aba "LICITAÇÕES".

10.1.13 - A Contratada fica obrigada a cumprir a Lei Estadual 8.866, de 07 de julho de 2021, que institui o "**Programa de Integridade**", nas condições estabelecidas no art.1.º combinado com o art.5º da lei, quando for o caso.

10.2 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Além dos encargos resultantes da observância da Lei nº 13.306/2016, são obrigações da DESQ:

10.2.1 - Solicitar a execução do objeto à contratada, através da emissão da ordem de fornecimento.

10.2.2 - Proporcionar à contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do objeto contratual;

10.2.3 - Fiscalizar a execução do objeto contratual e demais itens ligados à execução deste, através de sua unidade competente, podendo, em decorrência, solicitar providências da contratada, que atenderá ou justificará de imediato;

10.2.4 - Notificar a contratada de qualquer irregularidade decorrente da execução do objeto contratual.

10.2.5 - Efetuar os pagamentos devidos à contratada nas condições estabelecidas neste Edital.

10.2.6 - Aplicar as penalidades e sanções previstas em lei e neste instrumento, na hipótese de a contratada não cumprir o contrato, mantidas as situações normais de disponibilidade e volume dos materiais, arcando a referida contratada com quaisquer prejuízos que tal ato acarretar à CONTRATANTE.

10.2.7 - Assegurar-se de que os preços contratados estão compatíveis com àqueles praticados no mercado pelas demais empresas do mesmo ramo, de forma a garantir que os preços contratados continuem a ser os mais vantajosos para a Administração.

10.2.8 - Assegurar os recursos financeiros necessários para contratação do objeto;

10.2.9 - A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187

Assinado de forma digital por NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187
Dados: 2023.01.02 15:54:54 -03'00'

CLÁUSULA XI – DA DOTACÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 – As despesas decorrentes desta licitação correrão à conta de recursos financeiros específicos, alocados na DESO, contido no orçamento de 2022/2023, os quais serão detalhadamente discriminados quando da emissão da respectiva Ordem de Fornecimento.

CLÁUSULA XII – DO ACRÉSCIMO OU SUPRESSÃO DO OBJETO

12.1 – Nos termos do Decreto 7.892/2013, é vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados pela ata de registro de preços, inclusive o acréscimo de que trata o § 1o do art. 81 da Lei no 13.303/2016.

CLÁUSULA XIII – DO PAGAMENTO

13.1 – O fornecimento objeto desta Ata será pago quando devidamente aceito pela fiscalização da DESO, mediante apresentação dos documentos abaixo transcritos e exigidos na R.D.E. nº 12/2004 de 13/07/04 e na R.D.E nº 21/2015 de 22/10/2015 desta Companhia, que depois de conferidos e visados serão encaminhados para processamento e posterior pagamento em **30 (trinta) dias** consecutivos, contados a partir da data de entrada da fatura no Protocolo da DESO.

- As faturas só serão liberadas para pagamento após aprovadas pela Fiscalização da DESO.
- Qualquer erro detectado no documento de cobrança acarretará a devolução do mesmo à CONTRATADA para correções e acertos, iniciando-se, após nova apresentação, a contagem de novos prazos para pagamento.

13.1.1 – Nota Fiscal e Fatura/Recibo com o mesmo CNPJ constante do processo licitatório e do preâmbulo deste instrumento, constando nos seus aversos, o número do Contrato e da Ordem de Serviço;

a) Quando houver emissão de nota fiscal eletrônica, informamos que a DESO disponibiliza o seguinte endereço eletrônico: **nfse@deso-se.com.br**, para receber as notas fiscais eletrônicas emitidas pela empresa CONTRATADA.

13.1.2 – Certidão Conjunta Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, emitida pela Secretaria da Receita Federal do Ministério da Fazenda comprovando sua regularidade para com a Fazenda Federal, abrangendo as Contribuições Previdenciárias e às de Terceiros (INSS);

13.1.3 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de Débitos Trabalhistas (CNDT), comprovando a inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943, em conformidade com a Lei nº 12.440, de 07/07/2011:

13.1.4 – Certidão de Regularidade do FGTS – CRF, emitida pela Caixa Econômica Federal – CAIXA, comprovando sua regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço.

13.1.5 – Certidão Negativa de Débitos, emitida pela DESO, referente aos serviços prestados pela Companhia, conforme R.D.E. nº 21/2015, de 22/10/2015;

NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187

Assinado de forma digital por NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187
Dados: 2023.01.02 15:54:42 -03'00'

13.1.6 – Certidão Negativa ou Positiva com efeito Negativo, de regularidade perante a Secretaria da Fazenda ou de Finanças (ICMS), referente ao Estado da Federação a que se refere a emissão da respectiva Nota Fiscal;

13.2 – É de inteira responsabilidade da CONTRATADA a entrega a DESO, dos documentos de cobrança acompanhado dos seus respectivos anexos, de forma, clara, objetiva e ordenada, que se não atendido, implica em desconsideração pela DESO dos prazos estabelecidos para conferência e pagamento.

13.3 – A Nota fiscal/Fatura deverá destacar o valor dos impostos ou informar a isenção, não incidência ou alíquota zero, e respectivo enquadramento legal, sob pena de retenção do imposto de renda e das contribuições sobre o valor total do documento fiscal, no percentual correspondente à natureza do bem ou serviço.

13.4 – Caso a CONTRATADA seja optante do SIMPLES, deverá apresentar, acompanhado da Nota Fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

13.5 – Nenhum pagamento será efetuado à empresa, enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

13.6 – Somente poderá ser acatada junto ao faturamento, Nota Fiscal dentro do seu período de validade de emissão, cujo CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas corresponda àquele do Contrato e da respectiva Ordem de Serviço.

13.7 – Todo e qualquer pagamento será efetuado através da Rede Bancária em Aracaju, sob pena da incidência das taxas de serviços para pagamentos por Ordem Bancária para outras Praças.

13.8 – A DESO incorrerá em mora caso não efetue o pagamento das faturas no 30º (trigésimo) dia de sua apresentação no protocolo da DESO, conforme disposto no item **13.1** acima, desde que a CONTRATADA não tenha concorrido de alguma forma para tanto. Passado este prazo, estará obrigada a efetuar a compensação financeira, ou seja, correção monetária por atraso de pagamento, calculada com base no INPC ou outro índice substitutivo, calculando-se o período compreendido entre o 31º (trigésimo primeiro) dia até a data do seu efetivo pagamento.

a) Caso o trigésimo dia ocorra em data não útil na administração da DESO, o vencimento será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente;

b) A administração da DESO poderá realizar pagamento antes do 30º (trigésimo) dia da apresentação das faturas no protocolo da DESO, sendo que no caso da DESO efetuar o pagamento após o 30º(trigésimo) dia e havendo requerimento do contratado pela mora, a DESO deverá promover a compensação financeira quando ocorrer pagamentos antecipados, calculado com base no INPC ou outro índice substitutivo, entre a data do efetivo pagamento e a data de vencimento.

13.9 – A DESO fica autorizada a promover a retenção de créditos devidos em decorrência da execução do presente contrato quando se fizer necessário para evitar prejuízo decorrente do inadimplemento do contrato.

13.10 – Fica estabelecido que a contratada não procederá ao desconto de título, não fará cessão de crédito, nem fará apresentação para cobrança pela rede bancária e a DESO não endossará nem dará aceite a eventuais títulos que forem apresentados por terceiros.

CLÁUSULA XVIII – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

18.1 – A Contratada, pelo inadimplemento de suas obrigações, garantida a sua prévia defesa no prazo de 10 (dez) dias úteis, ficará sujeita as seguintes sanções previstas no RILC e na Lei 13.303/2016:

- 18.1.1-** Advertência;
- 18.1.2 -** Multa moratória;
- 18.1.3 -** Multa compensatória;
- 18.1.4 -** Suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contatar com a DESO, pelo prazo de até 05 (cinco) anos;
- 18.1.5 -** Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública.

18.2 - As sanções constantes no subitem 18.1 poderão ser aplicadas de forma cumulativa.

18.3 - Ficará impedida de licitar e de contratar com a Administração Pública Estadual, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, garantido o direito prévio de defesa, o fornecedor que:

- 18.3.1** - Ensejar o retardamento da execução do objeto desta licitação;
18.3.2 - Não manter proposta, injustificadamente;
18.3.3 - Comportar-se de modo inidôneo;
18.3.4 - Fizer declaração falsa;
18.3.5 - Cometer fraude fiscal;
18.3.6 - Falhar ou fraudar no fornecimento do objeto.

18.4 - São consideradas condutas reprováveis e passíveis de sanções, dentre outras, as previstas no art. 186 do RILC.

18.5 - As multas estabelecidas serão entendidas como independentes e cumulativas e serão compensadas pela DESO com as importâncias em dinheiro, relativas às prestações a que corresponderem, ou da garantia do contrato, quando for o caso, cobradas judicialmente.

18.6 - A aplicação de sanção de advertência se efetiva com o registro da mesma junto ao cadastro de fornecedores e no sistema de gerenciamento de contatos da DESO, independentemente de tratar-se de pessoa cadastrada ou não.

18.7 - A multa poderá ser aplicada nos seguintes casos:

I – Em decorrência da interposição de recursos meramente procrastinatórios, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

II – Em decorrência da não regularização da documentação de habilitação, nos termos do artigo 43, § 1º da Lei Complementar nº 123/2006, poderá ser aplicada multa correspondente 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

III – Pela recusa em assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido por este edital, poderá ser aplicada multa correspondente a 5% do valor máximo estabelecido para a licitação em questão.

NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187

Assinado de forma digital por NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187
 Dados: 2023.01.02 15:53:55 -03'00'

IV – No caso de atraso na entrega da garantia contratual, quando exigida, o instrumento convocatório deverá prever, mediante competente justificativa, a incidência de multa correspondente 5% do valor total do contrato;

V – No caso de inexecução parcial, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela não executada;

VI – No caso de inexecução total, incidirá multa na razão de 30% sobre o saldo remanescente do contrato;

VII – Nos demais casos de atraso, incidirá multa na razão de 10% sobre o valor da parcela em atraso.

18.8 - Caso não haja o recolhimento da multa no prazo estipulado, a DESO descontará a referida importância de eventuais créditos a vencer da empresa contratada. Na ausência de créditos disponíveis para quitação da importância da multa, a DESO executará a garantia quando exigida, e quando for o caso, será cobrada judicialmente.

18.9 - A DESO poderá quando do não pagamento da multa pela Contratada, aplicar a sanção de suspensão do direito de participar de licitação e impedimento de contratar com a DESO, por até 02 (dois) anos;

18.10 - Cabe a sanção de suspensão em razão de ação ou omissão capaz de causar, ou que tenha causado dano à DESO, suas instalações, pessoas, imagem, meio ambiente ou a terceiros, aplicando a disposição do art. 189 e 190 do RILC em face da legislação fiscal, previdenciária, social ou trabalhista.

CLÁUSULA XIX – DAS INFORMAÇÕES ADICIONAIS

19.1 – O compromisso será efetivado através da emissão da Ordem de Fornecimento que, nas aquisições advindas do Sistema de Registro de Preços da DESO terá força de contrato.

19.2 – Após o recebimento da Ordem de Fornecimento, a Contratada terá que atender o solicitado e emitir Nota Fiscal/Fatura do serviço efetivado, em nome da DESO, na forma e condição estabelecida no Edital e seus anexos e nesta Ata.

19.3 – A participação neste certame implica aceitação de todas as condições estabelecidas no Edital, seus anexos e nesta Ata.

19.4 – Os casos omissos serão resolvidos com base, nas normas técnicas gerais ou especiais aplicáveis.

19.5 – A autoridade competente poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrentes de fatos supervenientes, devidamente comprovados, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

19.6 – Na contagem dos prazos estabelecidos no Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na DESO.

19.7 – Quaisquer outras informações poderão ser obtidas junto à GERÊNCIA DE COMPRAS E ALMOXARIFADO da DESO.

NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187

Assinado de forma digital por NOVA DISTRIBUIDORA LTDA:39575051000187
 Dados: 2023.01.02 15:53:46 -03'00'

Protocolo de Assinatura(s)

O documento acima foi proposto para assinatura digital. Para verificar as assinaturas acesse o endereço <http://edocsergipe.se.gov.br/consultacodigo> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código de verificação: R56N-B7RJ-7AQX-XYJJ



O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 06/01/2023 é(são) :

- Carlos Fernandes de Melo Neto - 05/01/2023 11:32:36
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:53:25
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:53:37
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:53:46
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:53:55
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:54:06
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:54:19
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:54:31
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:54:42
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:54:54
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:55:06
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:55:18
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:55:31
- NOVA DISTRIBUIDORA LTDA - 02/01/2023 15:55:45

Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade

GOVERNO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E SUSTENTABILIDADE
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO
TOMADA DE PREÇOS Nº 29/2022

A Comissão Permanente de Licitação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, designada pela Portaria nº 39 de 1º de julho de 2022, publicada no dia 4 de julho de 2022, comunica aos interessados que a licitação em epígrafe que tem como objeto: Serviços/obras de conclusão do Terminal Rodoviário Luiz Garcia, em Aracaju/SE, está **SUSPensa** “SINE DIE”, para adequações técnicas.

INFORMAÇÕES: Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Sustentabilidade, Rua Vila Cristina, nº 1.051, Bairro Treze de Julho, Aracaju/SE. Fone: 3198-5353. Horário de atendimento: 7 às 13 horas, de segunda-feira à sexta-feira ou no link: <http://www.sedurbis.se.gov.br/>, nos dias de expediente desta Secretaria.

Aracaju, 30 de dezembro de 2022.

Atenêia de Moraes Fontes
Presidente da Comissão Permanente de Licitação

ADMINISTRAÇÃO INDIRETA

Banese



PATROCÍNIO Nº 013/2022

Nº CONTRATO: 4600002571; PATROCINADO: INSTITUTO BANESE CNPJ: 10.645.538/0001-07; JUSTIFICATIVA: Fortalecimento da marca BANESE; OBJETO: Patrocínio para execução do projeto “Inauguração do centro de Memória Digital Profª Eneida Chagas e Caycara de Simão Dias”; FONTE DE RECURSOS: Próprios; VALOR: R\$ 100.000,00; VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 29/12/22; PARECER JURÍDICO: 260/2022; BASE LEGAL: Art. 2º, §3º, da Lei 13.303/2016 c/c art. 206 do RILC.

DOAÇÃO Nº 011/2022

Nº CONTRATO: 4600002581; DONATÁRIO: INSTITUTO BANESE; CNPJ: 10.645.538/0001-07 JUSTIFICATIVA: Exercício da função social; OBJETO: Doação destinada a viabilizar o projeto Orquestra Jovem de Sergipe através do FMDOA; FONTE DE RECURSOS: Próprios; VALOR: R\$ 117.000,00; VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 29/12/22; PARECER JURÍDICO: 266/2022; BASE LEGAL: Art. 29, XVII da Lei 13.303/2016 c/c art. 129, XVII do RILC.

INEXIGIBILIDADE Nº 050/2022

Nº CONTRATO: 4600002582; CONTRATADA: ALBERTONI SOCIEDADE DE ADVOGADOS CNPJ: 08.714.006/0001-32; JUSTIFICATIVA: Necessidade de contratação de serviços singulares de notória especialização em cumprimento da legislação das sociedades anônimas e a regulação infra legal da CVM; OBJETO: Contratação de escritório de advocacia que atua na consultoria e assessoria jurídica no âmbito do direito societário e mercado de capitais; FONTE DE RECURSOS: Próprios; VALOR ESTIMADO: R\$ 392.000,00; VIGÊNCIA: 12 meses a partir de 07/12/22; PARECER JURÍDICO: 233/2022; BASE LEGAL: Art. 30, II, “e” da Lei 13.303/16 c/c Art. 130, II, “e” do RILC.

Der/Se

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE - DER/SE

EXTRATO DO SEGUNDO TERMO ADITIVO AO
CONTRATO PJ-013/2022

CONTRATANTE: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe - DER/SE
CONTRATADO: BV Construções e Incorporações Ltda - EPP
OBJETO: Fica alterado qualitativamente e quantitativamente o Contrato PJ-013/2022, cujo objeto consiste na “Construção de Ponte em concreto armado com vão de 15,00m sobre o Rio Siriri, na Rodovia SE-160, no município de Siriri, neste Estado”, sendo-lhe acrescidos R\$ 91.754,03 (noventa e um mil, setecentos e cinquenta e quatro reais e três centavos), correspondentes a 8,92% do seu valor original, bem como lhe sendo suprimidos R\$ 92.559,36 (noventa e dois mil, quinhentos e cinquenta e nove reais e seis centavos), correspondentes a 9,00% do seu valor original, passando o seu valor total de R\$ 1.028.230,18 (um milhão, vinte e oito mil, duzentos e trinta reais e dezoito centavos) para R\$ 1.027.424,85 (um milhão, vinte e sete mil, quatrocentos e vinte e quatro reais e oitenta e cinco centavos).

BASE LEGAL: Artigo 65, inciso I, alíneas “a” e “b”, e § 1º, da Lei nº 8.666/1993.

PROCESSO: 1687/2022-ADIT.CONTRATUAL-DER/SE

Aracaju/SE, 19 de dezembro de 2022.

ANDERSON DAS NEVES NASCIMENTO
Diretor Presidente

GOVERNO DO ESTADO DE SERGIPE
DEPARTAMENTO ESTADUAL DE INFRAESTRUTURA RODOVIÁRIA DE SERGIPE - DER/SE

EXTRATO DO TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 070/2022

Processo nº: 802/2022- COOP.TECNICA-ITPS.
Participes: Departamento Estadual de Infraestrutura Rodoviária de Sergipe - DER/SE e Instituto Tecnológico e de Pesquisas do Estado de Sergipe - ITPS.
Objeto: O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto o “compartilhamento mútuo de dados, provenientes dos equipamentos de fiscalização dispostos na malha rodoviária no Estado de Sergipe contratados pelo DER/SE, por meio do Contrato PJ-035/2021, e pelo ITPS, no âmbito de seu Contrato nº 001/2022”.

Base Legal: Emenda Constitucional nº 123/2022, Lei nº 8.666/1993, Portaria Interministerial MDR/MMFDH nº 9/2022 e Instrução Normativa nº 003/CONGER/2013.

Aracaju/SE, 19 de dezembro de 2022.

ANDERSON DAS NEVES NASCIMENTO
Diretor Presidente

Deso

Contrato 190/2022//Base legal: Lei 13.303/2016//Contratada: AIR CLEAN COMERCIAL EIRELI// Objeto: Aquisição de Materiais de Limpeza, destinados a todas as Unidades da DESO, (lotes 02 ao 06).//R\$ 233.432,99//180 dias//Recurso próprio.

Ata de Registro de Preços 045/2022//Base Legal: 13.303/2016//Órgão Gerenciador: DESO// Empresa Compromissária: NOVA DISTRIBUIDORA LTDA//Objeto: Eventual(ais) e futura(s) aquisição(ões) de Cabos Elétricos do tipo Cabo de Cobre Isolado Multipolar e Cabo de Alumínio Multiplexado para uso da GMEL, (lote 01).//R\$ 94.854,00//12 meses//Recurso próprio.

4º Aditivo Contrato 088/2019//Base legal: Arts. 140 e 143 do RILC//DES//Contratada: DOCE SABOR COMÉRCIO DE ALIMENTOS LTDA ME//Objeto: Prorrogar por 180 dias, a partir de 06/01/2023.

4º Aditivo Contrato 184/2018//Base legal: Arts. 140 e 143 do RILC//DES//Contratada: ADPLANT CONSTRUÇÕES E TOPOGRAFIA LTDA//Objeto: Prorrogar por 12 meses, a partir de 02/02/2023 e alterar a cláusula XIV, passando o índice de reajuste para IPCA.

Ata de Registro de Preços 045/2022//Base Legal: 13.303/2016//Órgão Gerenciador: DESO// Empresa Compromissária: SINERGIA COMÉRCIO E IMPORTAÇÃO DE MATERIAIS LTDA// Objeto: Eventual(ais) e futura(s) aquisição(ões) de Cabos Elétricos do tipo Cabo de Cobre Isolado Multipolar e Cabo de Alumínio Multiplexado para uso da GMEL, (lote 02).//R\$ 15.200,00//12 meses// Recurso próprio.

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 001/2023

Objeto: Registro de Preços, pelo menor preço por lote, no prazo de 12 (doze) meses, para eventual(ais) e futura(s) aquisição(ões) de vidrarias e reagentes para o Laboratório que serão utilizados nas análises de água bruta, tratada e de efluentes bruto e tratado realizados no Laboratório Central da Companhia de Saneamento de Sergipe - DESO. Início do acolhimento das propostas: 8:00hs do dia 05/01/2023. Encerramento do recebimento e abertura das propostas: dia 17/01/2023 às 8:15hs. Início da sessão de disputa de preços: dia 17/01/2023 às 8:30hs. Referência de tempo: horário de Brasília/DF. Local: www.licitacoes-e.com.br. Base legal: Lei nº 13.303, e o RILC - Regulamento Interno de Licitações e Contratos da DESO, supletivamente, à Lei nº 10.520. Decreto nº 10.024. Lei Complementar nº 123 e alteração da Lei Complementar nº 147. Licitação com Ampla Concorrência com Reserva de Lote Exclusivo para ME/EPP. Fonte de Recursos: Receita Própria da DESO - Rubrica 10. Parecer Jurídico: Nº 001/2023. Consultas e Edital: www.licitacoes-e.com.br, www.deso-se.com.br. Pedro Gilmar de Góis - Pregoeiro.

Funcap/Se

A Diretora-Presidente da Fundação de Cultura e Arte Aperipê - FUNCAP/SE, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas nos termos da Lei nº 8.505, de 07 de janeiro de 2019, baixou a seguinte portaria:

PORTARIA Nº077/22 de 30 de dezembro de 2022 - Conceder Licença Repouso Maternidade a Nanyanne Azevedo Menezes, CPF nº 019.xxx.xxx-06, ocupante do cargo em comissão de Assessor Técnico, símbolo CCEO-05, lotada na Orquestra Sinfônica, por 180 (cento e oitenta) dias no período de 12 de dezembro de 2022 a 10 junho de 2023. Esta Portaria terá vigência a partir desta data, retroagindo seus efeitos a 12 de dezembro de 2022.

Maria Conceição Vieira Santos
Diretora-Presidente

GOVERNO DE SERGIPE
FUNDAÇÃO DE CULTURA E ARTE APERIPÊ DE SERGIPE

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO AO
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 001/2021

PROCESSO Nº: 412/2022

1º PARTICIPE: Fundação de Cultura e Arte Aperipê de Sergipe - FUNCAP

2º PARTICIPE: Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas - CEHOP.

OBJETO: Constitui objeto desse Termo Aditivo dilatar o prazo do Termo de Cooperação Técnica nº 012/2021, na cláusula oitava desse Termo, em mais 12 (doze) meses, totalizando 24 (vinte e quatro meses) consecutivos.

VIGÊNCIA: 24/11/2021 a 24/11/2023

BASE LEGAL: Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas alterações, Lei Complementar nº 101/2000 e IN 003/2013 - CGE.

PARECER Nº. 133/2022 - PROJUR/FUNCAP

MARIA CONCEIÇÃO VIEIRA SANTOS
Presidente FUNCAP

Fundação Estadual de Saúde



AVISO DE ALTERAÇÃO DE DATA DA SESSÃO PÚBLICA
DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 05/2022

A FUNDAÇÃO ESTADUAL DE SAÚDE – FUNESA, por meio de sua Pregoeira Sra. Bruna Costa Santana, designada pela Portaria nº 051/2021, publicada no DOE em 24 de Setembro de 2021, torna público a todos os interessados que a SESSÃO PÚBLICA DO Pregão Eletrônico 05/2022, objeto: escolha da proposta mais vantajosa para aquisição de Registro de Preços dos Materiais de Expediente, educativo e esportivo, de processamento de dados, uniformes tecidos e aviamentos, elétrico e eletrônico e material de proteção e segurança, diante da necessidade imediata, para atender as necessidades dos Centros de Especialidades Odontológicas – CEO's, das ações educacionais e a administração da Fundação Estadual de Saúde, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento e no anexo único, ACONTECERÁ NO DIA 05 DE JANEIRO DE 2023, às 09h. Todas as informações sobre a licitação através do telefone (79) 9 9191-3740.

Aracaju/SE, 02 de janeiro de 2023.

BRUNA COSTA SANTANA
Pregoeira Oficial da CPL/FUNESA